



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE BACHARELANDO EM HUMANIDADES - BHU**

MARIAMA CASSAMÁ

**A PRÁTICA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA GUINÉ
BISSAU: O Caso da Etnia Mandinga de Farim (Oio**

REDENÇÃO - CE

2018

MARIAMA CASSAMÁ

**A PRÁTICA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA GUINÉ
BISSAU: O Caso da Etnia Mandinga de Farim (Oio**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao curso de Bacharelado em
Humanidades da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira
(UNILAB), como condição parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientador: Prof. Doutor. Carlos Subuhana.

REDENÇÃO - CE

2018

MARIAMA CASSAMÁ

**A PRÁTICA DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA GUINÉ
BISSAU: O Caso da Etnia Mandinga de Farim (Oio)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao curso de Bacharelado em
Humanidades da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira
(UNILAB), como condição parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientador. Prof. Doutor: Carlos Subuhana.

Aprovado em: 26/10/ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Carlos Subuhana (Orientador).

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professora Doutora Izabel Cristina Dos Santos Teixeira (Banca examinadora).

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professor Doutor Luís Tomas Domingos (Banca examinadora).

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico este trabalho a memória do meu primo Aladje e da minha prima Nhima, que morreram durante a elaboração deste projeto, que Allah em sua infinita bondade, lhes conceda um bom lugar no mundo dos mortos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Allah por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Pai e Mãe agradeço a vocês pela pessoa que hoje me tornei e pelo o que pretendo ser amanhã, nessa estrada da vida, vocês me ensinaram a caminhar seguramente com ajuda de Allah. Graças a vocês hoje faço as coisas por conta própria. Se hoje estou celebrando mais uma conquista é porque vocês prepararam esse caminho, por muito tempo. Só estou caminhando tendo em conta os primeiros passos, que vocês deram por mim e ensinamentos que me proporcionaram, a vitória é minha, o mérito é de vocês (Pai e Mãe).

Fanta e Awa minhas irmãs mais velhas, obrigada a vocês duas pelo incentivo, cresci vendo vocês na academia, querendo todo o tempo orgulhar o pai e a mãe, também entrei nessa onda para surfar junto de vocês com a mesma finalidade. Meus mais pequenos (Bá, Seco, Balomedi e Junior) dedico essa vitória a vocês, como forma de vos instigar a querer dar os nossos pais o que eles merecem de nós, pois entendo que essa é a única forma ou a maneira pela qual podemos retribuir tudo o que fizeram e ainda fazem por nós

Gratidão aos familiares que contribuíram de forma direta ou indireta na minha educação. A Unilab, pela oportunidade e aos seus corpos docentes, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Gratidão ao meu estimado orientador Professor Doutor Carlos Subuhana, pela paciência, dedicação, envolvimento e pelas conversas, risadas que me fizeram sentir mais segura durante as nossas correções.

Gratidão ao meu co-orientador Valeriano Djú.

A vocês amigos de longa data pelas risadas, pelos incentivos e aos recentes que parecem existir a décadas, com vocês descobri novas sensações e novos prazeres de viver a vida. Obrigada a todos que contribuíram de uma forma direta ou indireta na minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho, intitulado: “A Prática da Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: O Caso da Etnia Mandinga de Farim”, é um projeto de pesquisa elaborado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades. Tem como objetivo compreender a prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) da etnia Mandinga, do Setor de Farim, na Região de Oio, em Guiné-Bissau. Entende-se que a mutilação genital feminina, como sendo uma prática secular que muitas das vezes é associada a fundamentos tradicionais e religiosos de certas comunidades e crenças muçulmanas, que na sua execução, baseia-se na corte do órgão externo de uma menina ou mulher por motivos não médicos, isto é, ela é feita por razões sociais, culturais, religiosas ou de higiene. Deste modo, a prática compreende os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total da genitália externa feminina ou outros danos aos órgãos genitais femininos. Dada a essa preocupação, com este projeto, pretende-se por um lado, mostrar o perigo da mutilação genital feminina para a sociedade, sobretudo para as mulheres. Por outro lado, contribuindo para abrir as portas de pesquisas e debates no campo acadêmico e social sobre o fenômeno em estudo, promovendo assim, o direito e a dignidade humana das pessoas para todas as camadas, neste caso refere-se as mulheres na sociedade. Para sua materialização, pretendemos revisar bibliografias, (obras, artigos de diferentes autores), relatórios de agências internacionais, a exemplo da OMS, UNICEF, entre outras, e das ONGs presentes no país assim, também realizar as entrevistas com questões abertas, buscando assim respostas para inúmeras perguntas.

Palavras-chave: Mutilação. Guiné-Bissau. Etnia Mandinga.

“Para saber aonde se quer chegar, é preciso se lembrar da onde veio! ”. (FILIPE RET).

Sumário

| | |
|---|----------|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 9 |
| 2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA | 11 |
| 3. O PROBLEMA DE PESQUISA | 11 |
| 4. OBJETIVOS..... | 12 |
| 4.1. Objetivo Geral | 12 |
| 4.2. Objetivos Específicos | 12 |
| 5. JUSTIFICATIVA..... | 13 |
| 6. REFERÊNCIAL TEÓRICO..... | 15 |
| 6.1 O que é mutilação genital feminina (MGF)? | 15 |
| 6.2 quem pratica a Mutilação Genital Feminina (MGF)? | 18 |
| 6.3 Quem realiza a Mutilação Genital Feminina (MGF)?..... | 19 |
| 6.4 Quais São as Consequências da Mutilação Genital Feminina (MGF) | 20 |
| 7. RAZÕES RELIGIOSAS, SÓCIO-CULTURAIS, E A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA | 21 |
| 7.1 RELIGIÃO E MGF (Mutilação Genital Feminina) | 21 |
| 7.2 RAZÕES SOCIOCULTURAIS DA MGF (Mutilação Genital Feminina) | 22 |
| 8. QUESTÕES DE GÊNERO E A MGF (Mutilação Genital Feminina). | 24 |
| 8.1 Violência de Gênero e a MGF..... | 25 |
| 9. CONTEXTO HISTORICO DOS MANDINGAS..... | 28 |
| 10. METODOLOGIA | 31 |
| 11. CRONOGRAMA | 33 |
| 12. REFEERÊNCIAS..... | 34 |

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa visa compreender a prática da Mutilação Genital Feminina (MGF)¹ da etnia Mandinga, do Setor de Farim, na Região de Oio, em Guiné-Bissau. Durante a pesquisa será feita a revisão bibliográfica de obras, artigos e relatórios de agências internacionais, a exemplo da OMS, UNICEF, entre outras, e das ONGs presentes no país, que servirão de direção para nos guiar durante essa pesquisa e além disso, basear-se-á nas entrevistas com questões abertas, buscando assim respostas para inúmeras perguntas.

Com esta pesquisa busca-se compreender o contexto histórico e cultural da etnia Mandinga de Farim (Oio), face aos processos de mutilação genital feminina e a aceitabilidade social dos seus agentes (fanatecas², mulheres que passaram pelo fanadu...), bem como a dignidade da mulher Mandinga face aos direitos humanos.³ Uma vez que a MGF é considerada na sua maioria como uma prática cultural e religiosa da etnia mandinga, violando-se por um lado, os princípios fundamentais e essenciais da dignidade humana (UNIOGBIS, 2015). Pois consiste na retirada de um órgão genital externo da mulher, que é vista em algumas comunidades tradicionais e religiosas muçulmanas como purificação e higiene da mulher muçulmana e que serve como valor consagrado a partir destas comunidades. Ou seja, é um ritual de iniciação que a mulher tem que passar para ter um estatuto de aceitabilidade como membro capaz de assumir qualquer responsabilidade perante a sociedade. (AHMADU, 2000; HERNLUND, 2003; BEHRENDT, 2005; JOHNSON, 2007 Apud UNICEF, 2005).

A MGF é uma prática feita em 28 países africanos, na Ásia, Oriente Médio e entre certas comunidades de imigrantes na América do Norte e Europa, estima-se que cerca “100 a 140 milhões de meninas e mulheres tenham sido sujeitas a um dos primeiros três tipos da [MGF]” (OMS, 2000 Apud LOPES, 2015, p.26). Neste caso a Guiné-Bissau não ficou de fora perante esse problema.

¹ A MGF é comumente conhecida por *fanadu di mindjeris*, em crioulo da Guiné-Bissau.

² Fanatecas: excisadoras femininas.

³ Vale lembrar que a Carta Mandinga dos Direitos Humanos ou “Kurukan Fuga”, proclamada em 1222, por Sundiata Keita, então imperador do Mali, teria sido a primeira Declaração dos Direitos Humanos do mundo.

A Guiné-Bissau país que está situado na costa ocidental da África, ex-colônia portuguesa, que teve a sua independência proclamada em 24 de setembro de 1973 e reconhecida oficialmente por Portugal em 10 de setembro 1974. Esse país também faz parte da Comunidade dos Países de

Língua Portuguesa – CPLP (PINTO, 2009). De acordo com o artigo 1º: da sua constituição de 1996, “a Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária”. Pois não assume nenhuma religião como oficial, dada aos distintos grupos étnicos e traços culturais do povo que a compõe. Ou seja, na Guiné-Bissau é permitida a liberdade de cultos e de expressões em todas as religiões e religiosidades presentes no país.

Neste país verifica-se a prática de ritos de iniciação: fanadu e/ou fanado. Djaló (2013, p. 31) afirma que existem dois tipos de fanadus: um para os rapazes e outro para as raparigas.

Segundo o Dicionário de Crioulo da Guiné-Bissau (s.d), fanadu é um “ritual de iniciação que prepara os jovens e as jovens à vida adulta, à responsabilidade social, ao contato com os antepassados e à habilidade de continuar a cultura do próprio povo”. O Fanadu (Circuncisão/mutilação genital) é denominação em crioulo que foi atribuído como testemunho cerimonial que liberta os rapazes e as raparigas ou permite-lhes passar de uma fase para outra, através de vários processos rituais tidos como essências para a maioridade social, e não biológica, dentro da sociedade em que se encontram inseridas. Os rapazes são circuncidados antes da juventude, como sendo a forma de atingir a firmeza ou masculinidade, o principal motivo convocado para tal ação (SILVERMAN, 2004, Apud, SILVA, 2012), ao passo que as meninas são “mutiladas” enquanto crianças, sobretudo por razões de precaução da pureza.

Normalmente o Fanado é feito na “Baraka di Fanadu”, que é uma cabana construída no território sagrado da floresta, destinada a albergar os circuncisos durante todo o processo ritual. Esta é uma cerimónia que envolve muitos gastos a nível financeiro, porque para além de tratar da alimentação dos neófitos e dos padrinhos que lá se encontram, os familiares são responsáveis pelas atividades festivas entre outros. (MINER, 1942: 622 Apud SILVA, 2012, 8).

A prática da mutilação genital feminina - conhecida como “fanadu di mindjeris” (DICIONÁRIO DE CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU, s.d, p. 169) -, que é tida como uma recomendação islâmica para aqueles que a praticam, e isso se dá sobretudo nas comunidades muçulmanas (fulas, biafadas, mandingas, susus...) do país. Mas, segundo,

Abdallah (2006 Apud UNIOGBIS, (2015), essa prática não é recomendada por Alláh (Deus) e não consta em nenhum trecho do Alcorão ou Corão, livro Sagrado do Islã. Por outro lado, a prática é vista como uma autêntica violação dos direitos humanos pelas organizações mundiais (OMS, UNICEF, UNFPA, ONUSIDA, PNUD, ACNUR, UNECA, UNESCO, UNIFEM, OHCHR, 2008).

Esta prática em Guiné Bissau se realiza periodicamente e afeta as mulheres adolescentes e jovens, principalmente da religião muçumana. Sendo assim, a situação da mutilação genital feminina continua a merecer uma enorme preocupação do Estado guineense e da sociedade civil, pois está ganhando mais espaço na mesa de debates a nível interno e externo com relação as consequências que a prática vem causando na vida das vítimas.

Todavia a lei guineense criminaliza a mutilação genital feminina desde junho de 2011 (UNIOGBIS, 2015), ainda se verifica a resistência no que diz respeito ao abandono dessa prática, violando assim os direitos humanos, sendo os seus procedimentos mais difíceis de entender. Foi nessa ordem da ideia que escolhemos a comunidade mandinga de Farim para compreender a prática da mutilação genital feminina na Guiné Bissau. Isto é, as motivações que levam a essa prática; quais as barreiras sociais que dificultam a abolição da prática de mutilação genital feminina nessa comunidade e de que forma o uso da mesma faca e/ou instrumento pode levar a contaminação das doenças; como o Estado guineense e ONGs intervêm no combate a prática e como a sociedade guineense intercede questionando a cultura, a religião e as tradições diante desse problema.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

De acordo com o acima exposto, sobre a preocupação da mutilação genital feminina no mundo e na África, em especial na Guiné-Bissau, percebe-se que esse assunto se torna cada vez mais o centro da discussão no âmbito acadêmico sobre os direitos humanos. Sendo assim, este trabalho não procura fazer um estudo geral sobre a prática da mutilação genital feminina em todo o mundo, mas sim, na Guiné-Bissau, especificamente para tentar compreender essa prática na etnia Mandinga, concretamente na cidade de Farim, no período de 2011 a 2016.

3. O PROBLEMA DE PESQUISA

O problema da mutilação genital feminina (MGF) pode ser considerado como uma prática que contribui bastante para violação de direitos humanos, sobretudo das mulheres. Segundo Palhares e Squinca (2013), essa prática submetida a mulheres é invasiva, dolorosa, sem nenhum benefício à saúde, a não ser constituir uma marca corporal para legitimação de um grupo social. No caso da Guiné-Bissau, essa prática continua a constituir sérios desafios tanto para o Estado assim como para sociedade em geral quanto ao seu combate, também essa se torna cada vez mais o centro de debates voltados os direitos humanos nessa sociedade. Uma vez que é uma prática que viola os direitos fundamentais dos seres humanos e as mais afetadas são as meninas (crianças ou adolescentes). Neste país, essa prática é associada à religião e a cultura de certas etnias, sobretudo a religião muçulmana e a etnia Mandinga.

Baseando nessa ideia, com o nosso projeto de pesquisa procuramos responder as seguintes questões: Quais barreiras culturais e sociais que dificultam a abolição da prática de mutilação genital feminina na Comunidade de Mandingas em Guiné-Bissau? Quais são as motivações que levam estas comunidades a praticarem esta mutilação genital feminina? Quais são as consequências causadas pela mutilação genital feminina nas mulheres adolescentes, nos jovens e na sociedade em geral? E quais as políticas públicas do Estado guineense e ONGs para abolição dessa prática? E qual seria a posição da sociedade guineense quanto à crítica sobre essa prática?

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

- Compreender a prática da mutilação genital feminina da etnia Mandinga de Farim em Guiné Bissau.

4.2. Objetivos Específicos

- Entender as motivações e como ocorre a prática da mutilação genital feminina da etnia Mandinga de Farim em Guiné Bissau;

- Compreender as barreiras culturais e sociais que dificultam a abolição da prática de mutilação genital feminina nessa comunidade e de que forma o uso da mesma faca e/ou instrumento pode levar a contaminação do HIV e outras doenças;
- Analisar a intervenção do Estado e ONGs no combate a prática da mutilação genital feminina e como a sociedade guineense intercede questionando a cultura, a religião e as tradições diante desse problema.

5. JUSTIFICATIVA

Este trabalho surgiu de um interesse pessoal, pois o tema refere a uma prática que me deixa muito inquietada na qual, não se fala das suas causas e nem das possíveis consequências negativas, que de facto existem, mas são negligenciadas, mesmo dentro das comunidades praticantes. Quando criança, lembro uma vez de ter perguntado ao meu tio materno, o porquê da prática? E ele me disse que era para purificação e higiene da mulher muçulmana, também servia para educação da mulher, como sinônimo de respeito e fidelidade ao marido. Eu, na época, praticamente criança inocente, cheguei a ter a vontade de ser submetida a prática da mutilação genital feminina (fanadu). Não sei explicar se era vontade própria ou a pressão de ver outras meninas no lugar onde eu achava que concederia uma aceitabilidade na comunidade muçulmana na qual faço parte, mas queria fugir sem o consentimento dos meus pais, até que um dia uma das minhas primas fugiu, aquilo me deixou com muita inveja e raiva, porque queria estar no lugar dela.

Posso dizer que é sorte minha ao desistir dessa ideia de fugir, porque uma das meninas que também fugiu para ser mutilada não teve a mesma sorte que as outras e acabou morrendo no local. Isso me incomodava bastante. Durante a minha adolescência comecei a pensar no que poderia fazer para ajudar a minha comunidade, sobretudo as meninas a libertarem-se dessa prática, mas não tinha como.

Esse sonho só veio a se tornar numa realidade, através dos meus estudos na UNILAB, quanto a elaboração do meu projeto de pesquisa no qual decidi escolher esse tema como a forma ou maneira, através da qual poderia dar a minha contribuição acerca desse assunto, que ainda é muito sensível e novo (quanto a sua discussão a nível interno) para a sociedade guineense, em particular a comunidade mandinga e também para

desconstruir a mentalidade das outras meninas que sentem o mesmo desejo de serem mutiladas como eu me sentia quando criança.

Visto que é da preocupação nossa, enquanto cientistas sociais, querer compreender ao fundo das questões e práticas da mutilação genital feminina, tendo em consideração os relatos das comunidades internacionais (OMS, UNICEF, UNFPA e ONGs). Pois, estas alegam que as mulheres submetidas a esta prática de mutilação genital feminina passam por muitas dificuldades depois do processo e apresentam sintomas como; dores ao urinar, dores no processo da menstruação, dores no momento de parto e ausência acentuável dos prazeres sexuais

Não temos por objetivo alterar o conteúdo dos trabalhos produzidos sobre a mutilação genital feminina, mas trazer outras possibilidades mais ágeis, precisamente por estarem em rompimento e recomposição com as linhas entrecruzáveis da cultura e tradições. Pois, acreditamos que o apelo ao fim da prática de mutilação genital feminina pode se desenvolver no coração da sociedade, não precisamos esperar a punição das comunidades praticantes para dar um fim ao assunto que inferioriza, prejudica e discrimina a mulher dentro de uma sociedade ou comunidade, mesmo que para isso seja procurar uma alternativa para manter uma parte da iniciação feminina, sem que para isso seja necessário mutilar uma parte do corpo da mulher. Entendemos que as iniciativas e/ou as conscientizações podem começar no âmbito acadêmico, através das produções, dos debates e discussões desse assunto dentro da escola, uma vez que são assuntos privatizados ou praticamente não se discutem nas salas de aula. Como sabemos que a educação por mais que seja visível não consegue abarcar todo o canto do país, ainda mais quando se fala de um país menos desenvolvido na área da educação como a Guiné-Bissau, principalmente nas vilas ou comunidades rurais, especificamente em Farim, no que diz respeito a formação de recursos humanos capazes de sensibilizar e conscientizar a família e a comunidade desse local sobre o perigo dessa prática, quanto a saúde sexual e reprodutiva da mulher.

A nosso ver, o tema tem grande relevância socialmente, uma vez que busca mostrar o perigo da mutilação genital feminina para a sociedade, sobretudo para as mulheres. Promovendo assim o direito e a dignidade humana das pessoas para todas as camadas. Porque quando se fala da dignidade ou respeito a direitos não se deve resumir apenas à camada masculina, mas, também a camada feminina e devem estar em cima de todos, através dos seus respetos e valorização em prol do bem social.

No âmbito acadêmico, esta pesquisa pode trazer novas reflexões através de debates e discussões voltadas as práticas de mutilação genital feminina, como forma de violação de direitos fundamentais dos seres humanos. Também pode servir como instrumento para sustentar, assim como para abertura de novas pesquisas ligadas a essa área do conhecimento. Caso seja promovido um debate nas escolas sobre o assunto, junto com os outros trabalhos já produzidos, acreditamos que pode proporcionar uma profunda rede de transformação do ser humano e reformulação de uma nova sociedade capaz de respeitar os direitos e dignidades dos outros. Deste modo, entendemos que o incentivo ao abandono gradual da prática de mutilação genital feminina deve ser promovido via educação, visto que, a educação é a chave para se romper com os pensamentos enraizados e estereotipados que legitimam certas práticas bárbaras contra seres humanos. Neste caso, ela pode contribuir para o reconhecimento das mulheres na sociedade na qual se inserem e, proporcionar uma possível busca pelo eu, ou seja, uma afirmação das suas identidades culturais e religiosas sem ferir a dignidade de outrem.

6. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Como o nosso projeto de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é voltado à mutilação genital feminina (MGF) ou fanadu di mindjeris (assim conhecida na Guiné-Bissau), sobretudo nas comunidades mandingas de Farim, achamos pertinente trazer as discussões teóricas dos autores que procuraram analisar o contexto histórico desse povo (mandingas) e sobre a prática da mutilação genital.

6.1 O que é mutilação genital feminina (MGF)?

Antes de falar da mutilação genital feminina, seria necessário ressaltar que é um ritual cujo a sua origem não remonta aos tempos do surgimento da religião muçulmana. Não existe uma resposta objetiva sobre quando e onde surgiu essa prática. De acordo com Piacentini (2007), há autores que dizem que essa prática tem a sua origem no Antigo Egito, outros afirmaram que essa tem a sua origem nos antigos rituais tradicionais africanos, antes mesmo do surgimento do Antigo Egito, que adorara essa prática a partir

de uma certa época. Alguns salientaram que a prática era aplicada às mulheres negras na época do velho mercado de escravidão árabe, também há aqueles que acreditam que ela surgiu na medida em que o vale do rio Nilo foi invadido pelos povos nômades nos meados dos anos 3.100 a.C.364.

Deste modo, a mutilação genital feminina pode ser definida como sendo, uma prática secular que muitas das vezes é associada a fundamentos tradicionais e religiosos de certas comunidades e crentes muçulmanos, esta prática baseia-se na corte do órgão externo de uma menina ou mulher por motivos não médicos, isto é, ela é feita por razões sociais, culturais, religiosas ou de higiene (UNIOGBIS, 2015). Quase nessa mesma linha de pensamento, a Organização Mundial de Saúde (OMS), define a mutilação genital feminina como uma prática que compreende “todos os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total da genitália externa feminina ou outros danos aos órgãos genitais femininos, seja por razões culturais ou do foro não terapêutico” (OMS, 1997, p. 3, Apud PIEDADE, 2008, p. 2).

Esta consiste num conjunto de práticas de alguns povos que apresentam graus distintos de agressividade, sendo a mais leve consiste na retirada da parte externa ou remoção conjunta de clitóris e pequenos lábios, que através do seu processo cirúrgico transforma ou refaz de modo total a arquitetura da genitália externa, deixando assim apenas uma pequena abertura para a saída de urina e sangue menstrual. Segundo Pallares e Squinca (2013), ainda existem outras formas de práticas de mutilações genitais femininas menos comuns, tais como: a perfuração clitoridiana ou de lábios para colocação de adereços, ervas ou substâncias corrosivas, assim como outras formas ou práticas que modificam a estrutura anatômica ou fisiológica da vagina (PALLARES e SQUINCA, 2013).

Segundo o MICS, os Inquérito sobre Indicadores Múltiplos indicam que,

as vítimas desta prática representam uma média de 49% das mulheres Bissau- guineenses. Com o passar dos tempos, e com base em vários estudos efetuados pelos centros de estudos islâmicos, chegou-se à conclusão que não existe nenhum fundamento para a mutilação genital feminina no Alcorão [...]. (UNIOGBIS, 2015, P. 57, 58).

Isso mostra que a mutilação genital feminina, pode ser considerada como uma prática de má fé, que é praticada por algumas pessoas, grupos que procuram e aproveitam

essa oportunidade às vezes para se enriquecer ou se sobrepor as suas ideologias sobre outras (mulheres).

Para evitar isso foi elaborada a declaração sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, que define a violência contra mulher como “qualquer ato de violência baseada no gênero que resulta, ou que provavelmente resultará em dano físico, sexual, emocional ou sofrimento para as mulheres, incluindo ameaça a tais atos, coerção arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada” (UNIOGBIS, 2015, p. 55). E essa declaração passou a ser adotado pelos Estados membros como forma de proteger as mulheres que muitas das vezes são vítimas da sociedade, sobretudo nas sociedades machistas e/ou patriarcais.

Nesse caso o Estado guineense, como entidade máxima e reguladora da sua sociedade, principalmente no que tange a algumas práticas tidas como valores culturais e religiosos que põem em risco a dignidade da pessoa humana, criou os mecanismos de proteção e de repreensão dos seus cidadãos baseado nas leis discutidas e aprovadas na Assembleia Nacional Popular (ANP). No nosso caso, com base no nosso objeto de estudo, refere-se a lei contra prática da mutilação genital que no:

art. 2.º da Lei 14 /2011, visa prevenir, combater e reprimir a “excisão genital feminina em todo o território da Guiné-Bissau. [Na] referida lei, a excisão genital feminina é compreendida como toda forma de amputação, incisão ou ablação parcial ou total de órgão genital externo da pessoa de sexo feminino, bem como a todas as ofensas corporais praticadas sobre aquele órgão genital por razões socioculturais, religiosa, de higiene ou qualquer outro motivo invocado”. (UNIOGBIS 2015, P.59)

Visto que nesse país (Guiné-Bissau), o aumento do número das vítimas torna-se cada dia mais preocupante, o que podemos entender é que o Estado guineense só fez a lei, mas carece da aplicabilidade, ou seja, desde a promulgação da referida lei que proíbe a mutilação genital feminina até agora, continua tendo pessoas mutiladas de forma escondida dentro de comunidades étnicas, principalmente nas aldeias mais longínquas (LGDH, 2013), como no caso dos mandingas de Farim.

Algumas pessoas que não estão de acordo tentam denunciar estas práticas, para que haja a intervenção do Estado com medidas duras e sanções para o desencorajamento das pessoas que as praticam chamadas de “fanatecas”, mas em certos casos houve fraca intervenção do Estado perante o assunto, também falta de proteção e segurança para os denunciadores, uns dos fatos que contribui para uma falta cultural de denúncias (LGDH, 2013). Tudo isso, ou seja, a impunidade da justiça guineense favorece a fragilidade de aplicabilidade da Lei 14/2011, que tem como objetivo reprimir, combater e punir as práticas da mutilação genital feminina, que além de violar os direitos da mulher, também a impeça de ser protagonista da sua própria história.

Entretanto, entendemos que os mecanismos de proteção que foram criados pelo Estado, com base em leis discutidas e aprovadas na ANP, são de extrema importância e necessárias, uma vez que sabemos que a lei regula o funcionamento da sociedade. Por outro lado, vale a pena salientarmos que só com as referidas leis, não se pode mudar e muito menos combater uma prática secular e enraizada. Uma vez que a própria prática da mutilação genital feminina, na sua maioria, ocorre no interior do país, onde a presença do estado é pouco sentida, ou seja, quase nula.

6.2 quem pratica a Mutilação Genital Feminina (MGF)?

É dificilmente dizer especificamente quem pratica mutilação genital feminina, uma vez que é praticada em vários países por crentes de diferentes religiões – inclusive muçulmanos, que muitas das vezes é associada como uma recomendação do Islão principalmente para a maior parte dos seus praticantes nessas comunidades religiosas. Segundo Piacentini,

a MGF não é perpetrada pela maioria dos muçulmanos, embora tenha adquirido uma conotação religiosa nos lugares em que são muçulmanas as que a praticam. O Alcorão não tem nenhum chamamento a favor da mutilação, inobstante alguns provérbios atribuídos a Maomé se referirem a ela. Note-se que, em países da África, “a excisão é praticada tanto pelos animistas, pelos cristãos, pelos muçulmanos como pelos judeus *falashas*” (judeus etíopes). (PIACENTINI, 2007, p.121).

Neste caso, os mandingas como sendo um dos grupos étnicos com traços culturais e religiosos, na sua maioria muçulmanos e praticantes do islamismo, como no caso dos

mandingas de Farim (Guiné Bissau), se verifica também o processo de mutilação genital feminina como sendo uma forma de as mulheres adquirirem status social e religioso. Pois, depois de passarem por esse rito de passagem, as mulheres mandingas, provavelmente, acreditam que se tornaram puras, e aptas para assumirem qualquer que sejam responsabilidades sociais – como casamento, entre outras -, perante a comunidade a que pertencem.

6.3 Quem realiza a Mutilação Genital Feminina (MGF)?

De acordo com os nossos estudos, vimos que nas culturas em que a MGF é considerada como um costume ou prática cultural, na maior dos casos,

os procedimentos são conduzidos frequentemente por mulheres idosas ou destacadas da comunidade, especialmente designadas para a tarefa. Por vezes, parteiras tradicionais, pessoas com poderes mágicos e curativos [...] da aldeia desempenham estas funções. (OMS, 2001, p.39).

A Guiné-Bissau como sendo um país onde se verifica a MGF, vê-se que é executada pelas Fanatecas, isto é, as mulheres que são considerados como aquelas que têm o poder para realizar o corte, por serem pessoas de idade, respeitadas e admiradas no seio das suas comunidades e que herdaram dos seus antepassados essas técnicas da realização da mutilação genital feminina, como instrumentos necessários para manter a tradição (SILVA, 2012, Apud SILVA, 2015, p. 25). E para realizá-la essas mulheres velhas precisam de ajuda ou auxílio de outras mulheres que seguram as meninas durante um período de tempo que vai até 15 minutos para realização da corte genital (MARTINGO, 2009 Apud, SILVA, 2015 P. 25).

No caso especificamente da comunidade mandinga de Farim, entendemos que não se difere das outras comunidades, quanto ao papel das mulheres mais velhas, como sendo aquelas que conduzem essa prática, baseada nas suas experiências de vida adquiridas durante todo o seu percurso histórico. Elas podem ser consideradas sabias, parteiras e que provavelmente passaram também pelo mesmo processo da mutilação genital feminina, quando adolescentes ou crianças. De outro modo são vistas como detentoras, possuidoras ou portadoras de saberes inquestionáveis, ou seja, pessoas com poderes sobrenaturais

capazes de salvaguardar a vida das mutiladas de qualquer mal durante as suas estadias na "baraka", local onde se realizam a mutilação genital feminina.

6.4 Quais São as Consequências da Mutilação Genital Feminina (MGF)

A mutilação genital feminina é uma prática que conduz a consequências irreversíveis, tanto físicas como psicológicas, além do trauma emocional os resultados podem ser infecção, hemorragias infertilidades e morte (OMS, 1997 Apud PIEDADE, 2008).

Quando se fala das consequências da MGF é falar de um conjunto de práticas que abarcam tanto as consequências físicas, assim como psicológicas para as meninas e mulheres que são as vítimas. Elas podem adquirir as características distintas, em termos de níveis de riscos, que podem ser riscos imediatos e riscos de médio e longo tempo de duração.

Para Palhares e Squinca (2013), os riscos imediatos envolvem dores ardentes, uma vez que na sua maioria é praticada sem uso ou da insuficiência da anestesia capaz de diminuir a dor e causada pelos utensílios (pedaços de vidro, tampas de latas, facas e qualquer outro objeto cortante que pode estar contaminado) durante o processo da execução, causando assim o sofrimento e pode levar até morte imediata da pessoa mutilada. E os riscos ao médio e longo prazo ou no decorrer do tempo, envolvem as dores ao urinar, no momento de se envolver sexualmente e no momento de parto, as infecções também podem provocar a morte da mãe, riscos de não poder parir por resto da vida. Ainda pode-se incluir nestes riscos as consequências psicológicas, traumas e medo de se relacionar sexualmente com o seu parceiro, (PALHARES; SQUINCA, 2013, p. 433).

Do mesmo modo, no que se refere as consequências da mutilação MGF, Piacentini (2007) salienta que causa efeitos físicos tais como:

muita dor e hemorragia no momento do rito; depois pode causar infecções crônicas do aparelho urinário, pedras na bexiga e na uretra, transtornos renais, infecções no aparelho genital (como consequência da obstrução do fluxo menstrual), infertilidade, formação excessiva de tecido cicatrizante, queloides, dor durante o ato sexual, aumento da dor na hora do parto, entre outros", (PIACENTINI, 2007, p.119).

De acordo com as discussões levantadas pelos autores sobre as consequências da MGF, acreditamos que essa prática, por um lado, não passa de um ato criminal, ou seja,

é uma prática meramente inconsequente, sem nenhum benefício, a não ser danos irreparáveis, e que torna a saúde das vítimas mais frágil. E, por um outro lado, contribuindo para inferiorização da mulher fora da sua comunidade, reforçando assim, a sua incapacidade de se auto-definir perante a sociedade, deixando-a com marcas por toda a vida. Portanto, a MGF trata-se de um tema e/ou prática que precisa e merece ser levado à mesa, para fins de debates, com intuito de dar um fim à esta prática bárbara.

7. RAZÕES RELIGIOSAS, SÓCIO-CULTURAIS, E A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

7.1 RELIGIÃO E MGF (Mutilação Genital Feminina)

Na concepção de alguns autores verifica-se que a prática da MGF se encontra difundida em diferentes religiões, tais como a Católica, protestante, animista e muçulmana, sendo nesta última a registradora do maior número de ocorrências, uma vez que existe uma crença entre os seus praticantes de que a fé islâmica possui como pré-requisito a sua realização. Contudo, o Corão não evidencia de forma explícita que esta prática constitui um mandamento sagrado, sendo assim, a MGF não é praticada por todas as comunidades islâmicas. (MARTINGO, 2007; CHALMERS e HASHI, 2000, Apud, SILVA 2015).

Existem alguns dados que testemunham que a realização da mutilação genital remonta há 5000 mil anos atrás durante o processo da civilização do antigo Egito, sendo, desta forma, anterior à religião Islâmica, mas não existe uma opinião consensual sobre o início da realização deste procedimento, (OMS, 2006, Apud SILVA 2015)

Podemos notar isso no caso da Guiné-Bissau. A mutilação genital feminina é praticada por pessoas da religião muçulmana em maioria dos casos, mas também há divergência entre religiosos muçulmanos relativamente a esta prática, nem todos os muçulmanos dão importância a esta prática, uns são a favor da prática, pois acreditam que são mandamentos de Alláh, (Deus), por outro lado, outros acreditam que a prática da mutilação genital feminina não passa de um costume cultural que surgiu nos tempos antigos em algumas sociedades, onde a prática foi afastada por muitos muçulmanos em

vários países do mundo e que, por último, não tem nenhuma ligação com os mandamentos de Alláh, (Deus) (AL´-QARADAWI, 2006, Apud, UNIOGBS, 2015, p.).

Portanto, de acordo com os autores citados, podemos acreditar que a mutilação genital feminina, por não ser uma prática recomendada ou que possui o seu fundamento no Alcorão, não deve ser associada a religião muçulmana, como é visto no ponto de vista do senso comum. Mas sim, como uma pratica através da qual um grupo de pessoas procura monopolizar os outros para tirar os seus proveitos monetários, tentando associá-la com a religião.

7.2 RAZÕES SOCIOCULTURAIS DA MGF (Mutilação Genital Feminina)

Baseando nas concepções de vários autores que utilizamos durante o nosso estudo, ou melhor dizendo, aqueles que abordaram a temática, vimos que eles salientam que existem motivos de ordem cultural enraizados nos grupos étnicos e comunidades, especificamente aquelas que a praticam, o que continua favorecendo a ocorrência e perpetuação da MGF. Gonçalves (2004 Apud PIEDADE 2008) argumenta que a MGF é socialmente entendida como rito de passagem da fase mais embrionária para a idade adulta, permitindo, assim, a integralização social das meninas, para fortalecer a sua coesão e aceitabilidade nos grupos a que pertencem. Deste modo, essa pratica é vista como a maneira pela qual a menina pode manter a honra para sua família, de mesmo jeito ela (a menina) consegue ganhar a honra na sua sociedade, onde a sua virgindade, bem como a legitimidade dos herdeiros está assegurada, tornando-a uma esposa em potencial.

Nesse processo, a menina passa a ser considerada pelos restantes membros da comunidade como “espiritualmente pura” (OMS, 2006, Apud, PIEDADE, 2008, p. 5), passando assim a ser obediente e recebendo como recompensa a sua aceitação E integração de forma plena e reconhecida dentro do grupo e sociedade na qual ela se encontra inserida.

Após a MGF a família realiza uma celebração familiar, na qual as meninas submetidas a prática são presenteadas com roupas, dinheiros, ouros, etc. (LITTLE, 2003 Apud PIEDADE, 2008, p. 5). A autora refere que esta celebração pode ter a dimensão de um casamento, e que é percebida pela rapariga como um ritual de passagem para a idade adulta, podendo ser muito desejada por esta.

De acordo com Gonçalves (2004, Apud, PIEDADE, 2008, p. 6), as meninas recebem pressões familiares ou sociais, que quando não se submetem através da resistência, acabam por sofrer a discriminação perante a família, aos pares (marido) e da comunidade/sociedade em geral onde se encontram, um fato de exclusão, que contribui para que elas tenham menor probabilidade de casamento. Isso causa traumas psicológicos nas mulheres. Sendo assim, os efeitos psicológicos de não serem mutiladas podem ser considerados mais graves do que os da mutilação dentro dessas comunidades (OMS, 2002; CHALMERS e HASHI, 2000, Apud PIEDADE, 2008, p.6). Esses requisitos podem pôr em causa a dignidade da pessoa humana.

Seguindo a concepção de Piancenti, dignidade humana séria a capacidade própria dos seres humanos tais como: "de pensar, raciocinar, usar a linguagem para se comunicar, capacidade de escolha, de fazer julgamentos, de sonhar, de imaginar projetos de vida e, em especial, de estabelecer com as suas semelhantes relações pautadas por critérios morais" (PIACENTINI, 2007, p.27). Nesta mesma linha de pensamento, Barroso (2014) demonstra que a dignidade humana se identifica: primeiro pelo valor intrínseco de todos os seres humanos; segundo, pela autonomia de cada indivíduo; e terceiro, por algumas restrições legítimas impostas a ela em nome de valores sociais ou interesses estatais (valor comunitário).

Cada povo tem os seus traços culturais próprios, e cada um tem a sua forma de organizar a comunidade, vivendo nela, acreditando ser o melhor de acordo com as suas expectativas. De acordo com Cunha (2012), a mutilação genital feminina se desenvolve mais nas sociedades ou comunidades patriarcais. No entanto, Farim não ficou de fora perante a essa situação, pois, acreditamos que nesta comunidade os homens se consideram superiores em relação às mulheres, como sendo chefes de família, pronunciadores da última palavra e de serem mais capazes que as mulheres para tomarem decisões cabíveis para o bem comum. No que trata da autonomia da mulher, nesse caso, seria uma proibição completa de se exercer qualquer que seja a liberdade de expressão para dar rumo a sua própria vida. Isso leva com que os outros (homens e as mulheres mais velhas) a governem de acordo com as suas vontades.

Algumas comunidades acreditam que a remoção do clitóris é essencial para que uma menina se torne mulher e membro de pleno direito da espécie humana. Só assim adquire o direito de se associar a outros da sua faixa etária e aos antepassados.

Outras acreditam que os órgãos genitais externos de uma mulher têm o poder de cegar a pessoa que assiste no parto, de provocar a morte, deficiências físicas ou a loucura da criança que nasce, ou mesmo de causar a morte do seu marido. Acredita-se, igualmente, que a mutilação genital feminina assegura a virgindade, pré-requisito para o casamento, assim como a honra e a linhagem familiar. As sociedades em que é praticada a MGF são patriarcais e predominantemente patrilineares. O acesso das mulheres à propriedade de terras e à segurança são, frequentemente, assegurados através do casamento e apenas as mulheres excisadas são consideradas aptas para o casamento. (OMS, 2001, p 39).

Neste caso, a mutilação genital feminina continua a marcar a cultura da etnia mandinga, que além de ferir a dignidade da mulher (meninas), também a inferioriza, tornando-a incompleta e incapaz de definir o que é bom, assim como o que é mau para ela. Pois esta perda de autonomia das meninas nessas comunidades se enraizou durante muito tempo até os dias de hoje, sustentando-se como rituais de passagem de uma menina para uma fase mais adulta, garantindo-lhe assim, um espaço de aceitabilidade e respeito perante os demais membros da comunidade praticante.

Também serve como sinônimo de garantia de higiene da mulher em busca de um casamento sustentável e manter a fidelidade ao seu marido nas comunidades onde se pratica. O que nos leva a acreditar que, estas comunidades acreditam que a mulheres nascem sujas e precisam ser purificadas, deste modo, o clitóris é um órgão bastante agressivo, podendo causar problemas a mulher durante a gravidez e na hora do parto, portanto deve ou merece ser cortado, garantindo mais segurança sexual de uma menina, assim como distinção dos órgãos masculino do feminino, (SILVA 2015).

Pois, acredita-se que essa prática é um mecanismo essencial para preservar a pureza de uma menina até o casamento e protege-lhe da vergonha perante a sociedade e garantindo a honra da família na comunidade. Tudo isso mostra o papel e as razões socioculturais que legitimam a prática da mutilação genital feminina na sociedade.

8. QUESTÕES DE GÊNERO E A MGF (Mutilação Genital Feminina).

8.1 Violência de Gênero e a MGF

A violência de gênero ou violência com base no gênero é um tipo de violência física ou psicológica exercida contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas sobre a base de seu sexo ou gênero que impacta de maneira negativa em sua identidade e bem-estar social, físico ou psicológico. A violência de gênero decorre de uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Essa relação de poder advém dos papéis impostos às mulheres e aos homens, reforçados pela ideologia patriarcal, os quais induzem relações violentas entre os sexos, já que calcados em uma hierarquia de poder. A violência perpassa a relação pessoal entre homem e mulher, podendo ser encontrada também nas instituições, nas estruturas, nas práticas cotidianas, nos rituais – a exemplo do fanado (MGF) -, ou seja, em tudo que constitui as relações sociais.

Diante das nossas percepções acerca do tema em pauta, entendemos que a mutilação genital feminina envolve atitudes de preconceito e discriminação, violência baseada no gênero, inferiorização, privação da liberdade de expressão, de autonomia etc. Não podemos falar da inferiorização e discriminação sem destacar o gênero como elemento básico, fundamental e de extrema importância para compreender o corpo da mulher que vem sendo estereotipada a séculos em certas culturas.

De acordo com Gomes, (2012), dependendo das vivências sócias de cada um, somos levados a reconhecer que ninguém nasce com marcas corporais, denominando como deveria ser classificado, consoante a sua marca da nascença, e que tudo não passa de uma construção social que os membros da sociedade aplicam umas nas outras através do convívio social. Pois, acreditamos que o caso da mutilação genital feminina é uma construção social tida durante anos como uma prática cultural e religiosa que a mulher, seja muçulmana ou não, tem de passar para garantir o lugar de aceitabilidade, na comunidade a que pertencente, como membro capaz de exercer qualquer que seja o papel social destinada para ela.

Segundo Federici Silvia, no seu livro *Calibã e a Bruxa*, ao narrar a história das mulheres, ela começa dizendo que as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social e isso se deu na base da lei, quando as mulheres perderam o direito de realizar as suas atividades por conta própria e foram considerados como “imbecis “. Não tinham o direito de denunciar os abusos sofridos, porque não havia representatividade no parlamento a favor delas, portanto, passaram a conformar com tudo o que as

discriminava. Além disso, uma mulher viúva era conduzida por um tutor, porque as mulheres passaram a ser consideradas incapazes de administrar os próprios bens e negócios, não deixavam que as mulheres andassem na rua sozinhas a noite, pois podiam sofrer abuso sexual, eram proibidas de se juntarem uma das outras porque também foram consideradas "fofoqueiras". As mulheres eram acusadas de ser pouco "razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação (FEDERICI SILVIA, 2017, p. 199, 200, 201, 202).

Destarte, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da "desbocada", da "bruxa" e da "puta", era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas (FEDERICI, 2017). Nessa mesma linha de pensamento, Swain (200) define a mulher como órgão reprodutor, receptor, passivo, o sexo da mulher não existe senão para responder aos desejos, às necessidades do masculino, seja do ponto de vista individual ou coletivo. Assim, a identidade generalizada se estabelece moldando os corpos e define o feminino.

De acordo com Impanta (2015), as relações entre homens e mulheres não são estanques, mas dinâmicas, constituindo-se o gênero como uma condição mutável e conjuntural. É o que nos faz lembrar, segundo Impanta, a frase clássica de Simone de Beauvoir (1970) em "O segundo sexo: fatos e mitos" (*Le deuxième sexe: les faits et les mythes*): "não se nasce mulher, mas torna-se mulher". Esta condição também pode ser estendida para o gênero, ou seja, não se é masculino ou feminino, mas sim se está masculino ou feminino. Compreender que o masculino e o feminino estão permanentemente em mudança é, segundo Impanta (2015), entender que "em todas as sociedades do planeta o gênero está sendo todo o tempo ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino.

Silvia (2017) e Swain (200) afirmam que as mulheres nunca saíram da posição de inferioridade para a de superioridade, em alguns contextos sociais e culturais nunca tiveram o lugar da fala e muito menos da escuta, sempre foram tidas como seres inferiores que estavam ali só para servir os homens de todas as formas possíveis.

Quanto a essa questão relacionada ao gênero e a posição das mulheres desde os tempos mais remotos, acreditamos que muitas das vezes as mulheres se submetem a prática da mutilação genital feminina por conta do estatuto social que ela ocupa na

comunidade em que pertence, ou seja, elas se submetem por medo de perder o único lugar que lhes foram reservadas como de direito nestas comunidades, sendo assim uma esposa digna de um homem, (HOPKINS, 1999 Apud PIEDADE, 2008). Em relação a isso possivelmente é o que se vivencia na comunidade dos Mandingas de Farim em Guiné-Bissau, tendo em conta às ideologias de honrar os seus casamentos só quando são submetidas ao *fanado di mindjer*. Essa prática sociocultural pode ser vista como instrumento básico da educação e/ou iniciação que recebem dos mais velhos nestas comunidades.

Algumas práticas tradicionais contribuem bastante para a legitimação dos argumentos machistas e discriminatórios contra o gênero oposto (mulher), e acreditamos que vêm acontecendo a anos na comunidade dos mandingas de Farim, onde os mais velhos – de ambos os sexos -, são considerados pilares da família, defendem a continuidade das tradições culturais, ensinando o respeito aos papéis de gênero, entre eles os trabalhos domésticos, a submissão e a obediência das mulheres.

Por outro lado, são notáveis fortes argumentos religiosos, que apontam o homem como sendo superior em relação a mulher. Lopes (2010) afirma que nascemos e crescemos ouvindo que Deus tirou um pedaço da costela de Adão para criar a Eva, assim se fez ela dependente do seu companheiro para lhe servir como sendo o seu senhor. De acordo com Paulina Chiziane (2013), os problemas da mulher surgem desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo. Na mitologia bantu, por exemplo, depois da criação do homem e da mulher, não houve maldição nem pecado original. Mas foi o homem que surgiu primeiro, ganhando, segundo Chiziane, uma posição hierarquicamente superior, que lhe permite ser governador dos destinos da mulher. No entender da escritora moçambicana citada, “isto significa que a difícil situação da mulher foi criada por Deus e aceite pelos homens no princípio do mundo”.

Vale enfatizar que a construção dos gêneros feminino e masculino é um dos princípios fundamentais para a compreensão das relações que estabelecemos em nossa vida cotidiana. Gênero diz respeito à forma como somos socializados, isto é, como as nossas atitudes, comportamentos e expectativas são formados com base no que a cultura atribui como apropriado ao sexo feminino ou ao masculino. Refere-se, também, ao modo como as pessoas e as instituições distribuem o poder em uma determinada sociedade, construindo, diferenciando, hierarquizando e atribuindo valores ao feminino e ao

masculino. No entanto, falar sobre gênero é bem mais do que atribuir diferentes funções com base no sexo biológico. Trata-se de uma questão de poder na medida em que a relação entre o masculino e o feminino é desigual e assimétrica.

Na verdade, os dois deveriam caminhar juntos, sem que para isso a mulher (Eva) tenha que estar aos pés, nem na cabeça do homem (Adão), mas lado a lado, caminhando juntos para o bem comum. Portanto, entendemos que uma mulher merece ser respeitada. O sexo não define a pessoa e nem dá ao portador o direito de discriminar e ser discriminado. De acordo com a

Paulina Chiziane, pode-se comparar a mulher com a terra, porque ela é o centro da vida. “Da mulher emana a força mágica da criação. Ela é abrigo no período da gestação. É alimento no princípio de todas as vidas. Ela é prazer, calor, conforto de todos os seres humanos na superfície da terra”. (CHIZIANE, 2013, p. 199).

Pois o ser mulher não faz dela um ser inferior na escala de classificação. É necessário que haja muita sensibilização para rompermos com os estereótipos que foram construídas socialmente com base nas práticas culturais, que causam e deixam marcas e traumas, sobretudo nas mulheres mutiladas. Porque a mulher como pilar e exemplo para a família merece a atenção, o respeito, a igualdade e a autonomia de se auto-definir ou autogovernar, como pessoa humana com direitos iguais perante a sociedade.

9. CONTEXTO HISTÓRICO DOS MANDINGAS

Não podemos falar da etnia Mandinga, sem antes saber quem são eles, de onde provêm e que traços culturais carregam consigo. Como o nosso trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo uma prática sociocultural da etnia Mandinga do sector de Farim, na região de Oio, em Guiné-Bissau, face aos processos da mutilação genital feminina. Sentimos como necessidade procurar referências bibliográficas dos autores que falam da trajetória desse povo, até a sua chegada a Guiné-Bissau, onde reside um número considerável dessa população atualmente.

De acordo com a definição feita por Bruijn e Van Dijk (1997, Apud HÖFS, 2014), o nome Mandinga seria entendido como refúgio entre vários grupos étnicos que têm em

comum um tronco linguístico, o Mandê⁴. De acordo com a história os Mandingas são grupos provenientes do império de Mali, que foi fundado pelo Sundiata Keita no século XIII, que tinha a sua assembleia política no Alto Níger, região originária do povo Mandinga. Segundo Djaló (2013), os Mandingas são povos que dominam vários ofícios, tais como a agricultura, criação de gado, comércio, e sem nos esquecermos dos griots⁵, que são os indivíduos que têm o compromisso de preservar e transmitir histórias, fatos históricos e os conhecimentos e as canções de seu povo.

De acordo com Jao (2002 Apud HÖFS, 2014), falar da sociedade Mandinga na Guiné Bissau é uma missão muito complexa, na medida em que os documentos escritos encontrados são, na maioria, escritos antes de 1973, ou seja, antes da proclamação da independência da Guiné Bissau. Algo que nos faz perceber que os mandingas remontam a segunda metade do século XVIII, quando da chegada dos grupos soninquê⁶ a região norte do Kaabú, conhecida atualmente como Gabu. Segundo Carlos Lopes (1999), o império de Kaabú ou Gabu teria se formado por conta da expansão do império do Mali, com duas principais razões: “a atração do mar, e o comércio do ouro de Bambuk e do sal“. Por outro lado, o Kaabú teria se formado a partir da paisagem dos viajantes mandingas descendentes do Mali e da Guiné-Conakry. Mais tarde o Gabu serviu como fonte de salvação do império do Mali quando da sua degradação.

Nessa mesma linha do pensamento, Pinto (2009 p.37) afirma que os mandingas são povos provenientes da margem do Níger, a sua organização social era composta por “homens livres” e servos, e eram praticantes da endogamia⁷, que chegaram ao solo guineense ancestralmente, através de compromissos e casamentos com as populações nativas e foram se estabelecendo no Gabú, atual território da Guiné-Bissau, afastando as outras etnias que ali se encontravam presentes, com a finalidade de dar mais terras aos seus cultivos. Por sua vez, Djaló (2013) afirma que os Mandingas da Guiné-Bissau são

⁴ Mandê ou mandé é o nome dado a um grupo étnico da África Ocidental. Os falantes das línguas mandês são encontrados na Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal, Mali, Serra Leoa, Libéria, Burquina Faso, Costa do Marfim e parte do norte de Gana.

⁵ Existem os griots músicos e os griots contadores de histórias.

⁶ Os **soninquês** (também chamados de saracolês) são um grupo etnolinguístico mandinga majoritariamente muçulmano que habita a África Ocidental.

⁷ Endogamia ou consanguinidade é o método de acasalamento que consiste na união entre indivíduos aparentados, geneticamente semelhantes. Quando os progenitores de um ser vivo que se reproduz sexualmente possuem um ou mais ancestrais comuns, isto é, são parentes, diz-se que eles são consanguíneos ou endogâmicos.

povos provenientes do Níger superior, totalmente islamizados. De acordo com Ameal (Apud DJALÓ, 2013), os Mandingas de Farim são Soninkés, posteriormente mestiçados com Núbios e Etíopes.

Hofs (2014) afirma que os Mandingas saíram dos seus países de origem devido a várias razões ou motivos. Um dos principais motivos da saída dos mandes de seus territórios é devido à procura de novas rotas estratégicas que lhes pudessem possibilitar saídas para suas rotas de marfim, ouro e pessoas. O segundo motivo deve-se ao fato dos reis mandes começarem a brigarem entre si, o que resultou na expulsão das populações nativas que ali se encontravam presentes. Um outro terceiro motivo é devido ao crescimento populacional e o aumento da pobreza nas áreas em que estavam instalados, e as condições climáticas que não lhes proporcionavam um desenvolvimento agrícola sustentável. Por último, seria a propagação do islã. (CARREIRA, 1936, 1939; CAROÇO, 1948; JAO, 2002, Apud HÖFS, 2014).

Na atual agregação moderna Guineense, se encontram diferentes grupos étnicos, que atravessaram não só a África Ocidental, mas todo o continente por conta do tráfico de escravos e das rotas comerciais (DAVIDSON, 1966; ABRANCHES, 2013, Apud HÖFS, 2014). Entre esses grupos étnicos presentes na Guiné-Bissau, se encontram os Mandingas que é o nosso objeto de estudo. Atualmente na Guiné-Bissau, as mandingas compõem o quarto maior grupo étnico, “perfazendo 13% (CIA, 2013 Apud HÖFS, 2014; IMPANTA, 2014), desenvolvendo as atividades agrícolas para manter o sustento da família, assim como comércio, o ensino do corão e também são conhecidos como curandeiros. Vivem em torno de todas as áreas do país, com maior índice populacional na região de Oio e na zona leste do país.

Os Mandingas são considerados, pelos demais grupos étnicos, como sendo “estrangeiros” no seu próprio país natal, pois, ocuparam o solo guineense através de missões de conquistas territoriais e das mudanças religiosas dos seus líderes do século XIII, até ao princípio do século XIX. Por esse motivo, há uma referência e uma relação com o Mandê, cujo mapa foi criado durante o Império do Mali, no século XIII (HÖFS, 2014). Nessa mesma linha de pensamento, Djaló (2013) afirma que quando da chegada dos portugueses, os Mandingas exerciam domínios sobre a maior parte da região da Gambia, Geba e estavam organizados em vários reinos, a exemplo de Cantor, Niani, Uli e Kaabú. Esses reinos tinham colocado diferentes grupos étnicos que se encontravam naquela região em vassalagem, que veio a terminar mais tarde com a revolta dos Fula. De

acordo com Ameal (Apud DJALÓ, 2013), os Mandingas da Guiné-Bissau se consideram parentes próximos dos Balantas, Biafadas, Brames.

10. METODOLOGIA

Antes de entrar na análise propriamente dita da metodologia, faz-se necessário abordar o conceito da pesquisa. De acordo com Demo (2011, p.20) a “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento”. Neste caso, para realizar qualquer que seja a pesquisa é preciso seguir uns caminhos que podem nos conduzir aos objetivos que pretendemos alcançar ao longo do nosso trabalho investigativo, permitindo assim a aceitação das produções de conhecimentos como científicos. Estes caminhos é o que chamamos de métodos de pesquisa científica. Entretanto, podemos dizer que, o conhecimento científico distingue-se pela dúvida e questionamento baseado em métodos, isto é, o produto do conhecimento obtido pela via do questionamento ainda pode ser questionado. (DEMO, 2011).

Para Minayo (2001), a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem. Sendo assim, a teoria e a metodologia sempre andam de mãos dadas. Para ela, quando se fala de um conjunto de técnicas, a metodologia deve possuir um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de conduzir os impasses teóricos para o desafio da realidade. A teoria na visão desta autora é produzida para explicar ou compreender um fenômeno em estudo. Teorias, portanto, são explicações parciais da realidade (MINAYO, 2001, p. 17). O que demonstra que nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, pode dar conta ou explicar a realidade total de todos os fenômenos e processos em estudos.

Nessa relação entre a teoria e metodologia podemos dizer que a metodologia científica é uma disciplina que indica os caminhos necessários que o pesquisador deve seguir para construção do seu auto-aprendizado no processo de pesquisa e difusão do conhecimento obtido, assim como no aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios usados durante a sua pesquisa (BARROS, 2007, p. 1; MARTINS, 2009, p. 37)

Para Eva Maria Lakatos, (2011, p.10), a particularização da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, procurando responder, a um só tempo, às questões: como? Com que? Onde? Quando? Através de método de abordagem, método de procedimento, técnicas, delimitação do universo (descrição da população), tipo de amostragem e tratamento estatístico.

Diante de tantas dúvidas relativamente aos procedimentos da mutilação genital feminina da etnia Mandinga em Guiné-Bissau, opta-se por recorrer a pesquisa qualitativa visto que, de acordo com Creswell (2010, p.206), “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação de dados”. Enfim, acredita-se que, somente as bibliografias não nos possibilitam uma análise profunda do nosso objeto de pesquisa, portanto, envolveremos a pesquisa documental e do campo para obter mais informações voltadas ao nosso tema escolhido.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos e dissertações científicas. Isso se dá porque este tipo de pesquisa permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto ligado ao seu tema de estudo e ajuda-lhe a enquadrar melhor na base das referências teóricas publicados com objetivo de recolher as informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta e produzir o seu trabalho científico.

A pesquisa documental, segundo Gil (2010), se refere a materiais que precisam ainda receber um tratamento analítico, ou que precisam ser reelaborados de acordo com as expectativas da pesquisa estabelecida pelo pesquisador. Nesse caso, pretendemos utilizar a internet, a qual pode permitir a coleta de dados, através dos documentos publicados pelas ONGs nos sites, tais como: as leis de proteção, repressão e punição contra a mutilação genital, os relatórios, etc.

Adicionalmente, será feita uma pesquisa do campo, pois ela permite que o pesquisador entre em contato direto com o local, quem e aonde ele vai coletar os dados (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p, 37).

É preciso salientar que para realizar um estudo ou pesquisa sobre um determinado tema ou assunto, o pesquisador deve levar em conta, os instrumentos necessários que lhes servirão como ferramentas ou utensílios para a realização do seu trabalho, estudo ou pesquisa com maior eficiência e eficácia. Existem vários tipos de instrumentos de pesquisa que o pesquisador pode utilizar na realização da sua tarefa, entre os quais podemos citar os seguintes instrumentos: observação, questionário, entrevista, formulário, escala social e teste (MARTINS, 2009).

Além de pesquisa bibliográfica, através de obtenção de dados por fontes escritas, durante a pesquisa de campo serão feitas entrevistas com questões abertas e fechadas com

ativistas de direitos humanos voltados a proteção das mulheres na Guiné-Bissau, neófitas e *fanatecas*, alguns responsáveis da comunidade Mandinga de Farim e alguns servidores da gestão pública e da justiça do Setor de Farim, levando assim os nossos entrevistados a expressarem livremente os seus entendimentos e sentimentos sobre o assunto em causa, permitindo-nos obter os dados através de fontes orais.

Projetamos cinco etapas de trabalho, sendo a primeira o levantamento bibliográfico; a segunda consistirá na fundamentação teórica e/ou revisão da literatura; na terceira etapa faremos uma pesquisa documental; já na quarta parte será feita a sistematização dos resultados; e, na quinta parte do trabalho será feita a redação do trabalho final

11. CRONOGRAMA

| Atividades/etapas | 2018/2019 | | | | | |
|----------------------------------|--------------|-------------|--------------|------------|------------|-----------|
| | Primeiro mês | Segundo mês | Terceiro mês | Quarto mês | Quinto mês | Sexta mês |
| 1) Levantamento bibliográfico | x | x | x | x | x | x |
| 2) Fundamentação teórica | | x | x | x | | |
| 3) Pesquisa Documental | | | | | x | x |
| 4) Sistematização dos resultados | | | | | x | x |
| 5) Redação do trabalho final | | | | | | x |

12. REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2014. Disponível em: <http://cedh.ro.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/A-DIGNIDADE-DA-PESSOA-HUMANANO-DIREITOCOMINSTITUCIONAL-CONTEMPOR%C3%82NEO-A-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-Conceito-Jur%C3%ADdico-%C3%A0-Luz-da-Jur.pdf>. E acessado em 22/06/2018.

CAMPOS, Caroline Da Cunha. **Mutilação Genital Feminina: uma revisão integrativa**. Porto Alegre, 2010. Disponível em www.lume.ufrgs.br/bibtex/record/10183/24811/000749154.pdf

CHIZIANE, Paulina. “Eu Mulher... por uma Nova Visão do Mundo”. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Vol. 5, nº 10, abril de 2013. Disponível em www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/download/114/73pdf.

CRESWELL, W. C. **Projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2289664> e acessado em 06/08/2018.

DJALÓ, Tchernó. **O Mestiço e o Poder**: Identidades, dominações e resistências na Guiné. Lisboa: Nova Veja, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa, Mulheres Corpo e Acumulação Primitiva do Capital**. São Paulo: Coletivo Sycorax, 2014. Disponível em coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**, dezembro de 1996. Assembleia Nacional popular. Disponível em: www.didinho.org/Arquivo/Constituicaodarepublicadaguinebissau.htm. Acessado em 10 de set. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre:

Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf, e acessado em 20/06/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações Sobre Identidade de Gênero**: Conceitos e termos, guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para

formadores de opinião. Brasília, Dez. 2012. Disponível em www.diversidadesexual.com.br/wp-content/.../GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf.

IMPANTA, Iadira Antonio. **Estudantes Guineenses na UNILAB, Ceará, Brasil: Coexistência, representações interétnicas e questões de gênero**. Redenção, 2015. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB), 2015.

LAKATOS Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicação e trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

LIGA Guineense dos Direitos Humanos. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2013/2015**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B5P5g0NZE4_ZJT0FyS1BEUTN6Rlk/view. Acesso em 18/07/2017.

LOPES, Carlos. **KAABUNKE: Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

LOPES, C. B. **Trabalho Feminino em Contexto Angolano: um possível caminho na construção de autonomia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC São Paulo, 2010.

LOPES, Isabel Idoraque. **Análise das práticas de mutilação genital feminina em Guiné- Bissau e sua implicação nos direitos humanos e culturais**. 2015. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/.../isabel_idoraque_lopes_tcc2.pdf?

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicada**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petropolis/RJ: Vozes, 2001. Disponível em: WWW.faed.udesc.br/arquivos/idsumenu/1428/minayo_2001.pdf. acesso em 25/05/2018.

OMS. **Mutilação Genital Feminina: integração da prevenção e do tratamento nos curricula de profissionais de saúde**. Genebra, 2001. Disponível em www.institutocamoes.pt/images/cooperacao/manual_formacao_em_mgf.pdf.

PALHARES, D.; SQUINCA, F. “Os desafios éticos da mutilação genital feminina e da circuncisão masculina”. In: **Revista bioética** (Impr.), v. 21, n.3, p. 432-7, 2013. Disponível em www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a07v21n3.pdf.

PIACENTINI, Dulce de Queiroz. **Direitos Humanos e Interculturalismo**: Análise da prática cultural da mutilação genital feminina. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp034905.pdf>>.

PINTO, Paula. **Tradição e Modernidade na Guiné-Bissau**: Uma perspectiva do subdesenvolvimento. Dissertação (Estudos Africanos) – Centro de Estudos Africanos/Faculdade de Letras/ Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23213/2/tesemestpaulapinto000093779.pdf>>

PIEIDADE, Sandra Marisa Pereira Rendall. **Mutilação genital feminina em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) - Departamento de Psicologia Social e das Organizações, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, Lisboa, 2008.

SCANTABURLO, Luigi. **Dicionário Português-Crioulo da Língua Criol da Guiné-Bissau**. Detroit: Edição do autor, 1977, 120p.

SILVA, Carina Castro Da. **Mutilação Genital Feminina**: Percepções de jovens guineenses residentes em Portugal e de profissionais com experiência na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestre em Acção Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

SWAIN, T. N. “A Invenção do Corpo Feminino ou “A Hora e Vez do Nomadismo Indenitário?”. **Textos de História**, vol. 8 n ½, Universidade de Brasília UnB, 2000. Disponível em <periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5904.pdf>.

UNIOGBIS. **Guia Prático de Direitos Humanos**. Europress-Industria Lda, 2015.